



22 de setembro de 2022

MEMORANDO

Financiamento da frequência de Estabelecimentos de Ensino Especial do Ensino Particular e Cooperativo

▪ O QUE SÃO AS ESCOLAS DE ENSINO ESPECIAL

Os estabelecimentos de ensino especial são estabelecimentos de ensino privado que recebem alunos com necessidades de acesso ao currículo especialmente severas e que necessitam de apoios que não estão disponíveis noutros estabelecimentos de ensino. Estes apoios traduzem-se num espaço escolar totalmente dedicado a si, uma equipa multidisciplinar de docentes e técnicos e toda uma estrutura escolar especializada.

Os alunos que frequentam escolas de ensino especial são em número muito reduzido e o seu acesso depende de serem encaminhadas pela DGEstE após um pedido dos pais apoiado pela escola de ensino geral de origem e os médicos que acompanham a criança. São alunos maioritariamente oriundos de famílias de baixos recursos e que não conseguem mobilizar os recursos adicionais necessários para o acompanhamento de que estas crianças necessitam para fazer o seu percurso escolar (fortemente adaptado).

O número de alunos que frequenta estes estabelecimentos de ensino diminuiu fortemente ao longo das décadas, muito por força da capacidade adquirida pelas escolas de ensino geral para escolarizar os casos menos severos. Nos últimos anos, este número tem estabilizado em torno dos 500 alunos. No ano letivo de 2021/2022 o número foi de 470 alunos.

▪ ENQUADRAMENTO LEGAL

Atualmente, o Estado apoia a frequência de um EEE EPC mediante as seguintes rubricas (Portaria n.º 382/2009):

- 511,89€/aluno/ano (que a Administração Educativa paga 11 meses sem que se conheça o fundamento legal para tanto);



- Subsídio e alimentação 74,06€ (que a Administração Educativa paga ao dia independentemente de o EEE EPC ser avisado atempadamente pelo EE que o aluno não irá ao colégio – muitos alunos têm situações de saúde e contexto muito desafiantes que tornam as faltas sem aviso recorrentes);
- Subsídio de transporte variável (que a Administração Educativa paga ao dia independentemente de o EEE EPC ser avisado atempadamente pelo EE que o aluno não irá ao colégio e independentemente do facto de as vagas serem cativas e os percursos do transporte terem de ser definidos com antecedência e serem efetuados como previsto mesmo que o aluno não compareça).

Estes valores não são atualizados desde 2008. Em 2008, o valor da mensalidade foi atualizado 4% (em relação a 2007). Simultaneamente, foram descontinuados abruptamente os apoios a projetos dos estabelecimentos de ensino que vinham sido financiados ao longo dos anos (art. 11.º da Portaria n.º 1103/97) e, que em alguns casos eram de montante considerável e permitiam a sustentação da frequência (45.000€ a 60.000€/ano). Daqui resulta que, na prática, o valor da atualização foi integralmente consumido pela perda de financiamento deste artigo 11.º pelo que o valor real da mensalidade a considerar para efeitos de atualização é o de 1993!

2/4

▪ **EVOLUÇÃO DE PREÇOS NO CONSUMIDOR / MENSALIDADE / ALUNO / MÊS**

Ano	valor mensal (pago 11 meses)
1993	€ 400,04
2009	€ 511,89 + perda do financiamento de projetos
2022	€ 511,89

A atualização do valor/aluno/mês considerando o índice de preços no consumidor desde 1993 até 2021 daria o seguinte valor/aluno/mês em 2021: 713,96%. Se a este valor acrescentarmos a inflação prevista pelo Banco de Portugal para 2022 (5,9%), o valor aluno mês para 2023 deveria ser de 754,20€.



▪ **IMPACTO DA PERDA DE VALOR DA MENSALIDADE**

Dos quadros anteriores verifica-se a perda de poder de compra associado à perda de valor da mensalidade. Os colégios têm sobrevivido na última década por duas formas: outras valências que suportam a valência educação (lar), alguns anos menos maus que compensaram anos de défice (estando hoje esgotados os fundos próprios).

Aumento das exigências por parte dos alunos encaminhados, sendo que cada vez mais os alunos encaminhados são os de mais difícil acompanhamento, por serem aqueles que as escolas públicas não conseguem dar resposta e exigirem meios humanos muito especializados e diversificados.

▪ **FINANCIAMENTO DO SETOR SOCIAL**

O sector social, para serviços de natureza comparável ainda que bem menos exigentes do ponto de vista dos custos - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) que veio substituir o Centro de Atividades Ocupacionais – recebe, através da Segurança Social, um valor/aluno mais elevado: 577,89€. No caso dos colégios de ensino especial, o apoio para os alunos maiores de 18 anos é de 293,45€.

Existem também como referência os Lares de Apoio em que o financiamento é de 817€.

Adicionalmente, o CACI pode pedir aos encarregados de educação uma comparticipação mensal que pode ir até ao custo real do serviço, que na média dos casos vai além dos 300€. Esta comparticipação é suportada pelos encarregados de educação com o Subsídio Para a Inclusão Bonificação por Deficiência. No caso dos colégios, não pode ser pedida esta comparticipação.

▪ **RETRATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO ESPECIAL**

São 8 os Estabelecimentos de Ensino com esta oferta financiada

Centro de Intervenção Técnico-Pedagógica

Externato Rumo ao Sucesso

Colégio Bola de Neve

Colégio as Descobertas

Colégio Eduardo Claparede

Externato Alfredo Binet - sede

Externato Alfredo Binet - secção

Externato Grão Vasco



▪ IMPACTO ORÇAMENTAL

Aumento proposto para o valor/aluno/mês

Atualmente – $511,89€ * 11 * 470 = € 2\,646\,471,30$

Proposto – $750,00€ * 11 * 470 = € 3\,877\,500,00$

O aumento global anual são € 1 231 028,70

Aumento proposto para alimentação

Atualmente – $74,06€ * 11 * 470 = € 382\,890,20$

Proposto – $100,00€ * 11 * 470 = € 517\,000,00$

O aumento global anual são € 134 109,80

Aumento proposto para transporte

Atualmente –

Zona periférica	1.º escalão	2º escalão	3º escalão	4º escalão
49,54€	31,44€	38,71€	50,16€	61,77€

4/4

Proposto –

Zona periférica	1.º escalão	2º escalão	3º escalão	4º escalão
105€	105€ + 60€	105€ + 70€	105€ + 85€	105€ + 95€

Não está bem clarificado no diploma legal a forma como se faz o cálculo do valor do transporte. Desde 2009, os transportes tiveram vários aumentos de custo, desde logo da necessidade de aumentar o número de monitores uma vez que o tipo de alunos é de maior exigência de guarda, bem como as exigências de veículos adaptados e com limitação na idade dos veículos. De realçar que os preços de combustível e seguros quase triplicaram desde a última atualização.